

RELATORIA SESSÃO DE TRABALHO II: ENERGIA E MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA

JEAN PIERRE:

Primeiro falamos em terra e hoje se fala em território, que é mais que um local, um chão, tem uma cultura, é "só nosso". Podemos dizer que existe o território "nosso" e o do "capital": hidrelétrica, barragens, estradas, etc.

Para quem são feitas essas represas? É para as comunidades? Para levar o peixe para lá? Para facilitar a movimentação para os mercados locais? As estradas foram feitas primeiro para as comunidades da Amazônia ou para as empresas?

Asfaltamento da 163 foi feito para melhor escoamento da soja, mas em 30 anos de assentamentos de colonos na Amazônia, nunca se pensou em asfaltar a transamazônica, por exemplo!

O que queremos? Um território que nos deixe isolados, ocupados, ou um território de todos? E o território do capital não é um território que cuida da terra, da natureza. Quando uma cultura (como a soja, por exemplo) não dá certo, ele simplesmente procura outro lugar.

Mineração: Exemplo de Carajás, da Alcoa, etc. A Vale (do Rio Doce) fala do parque que criou, mas é um parque sem pessoas. Seus projetos não se importam com as pessoas. E quem cuida realmente das florestas, são os seus povos.

Energia? Sim, mas para as nossas cidades. O alumínio em vez de ser exportado, poderia ser aproveitado nas casas das cidades, das periferias, das favelas, etc.

Energia, sim, mas com controle da sociedade e para as necessidades dos brasileiros.

Que energia queremos para a Amazônia? Que mineração querem? Que projeto querem?

SEBASTIÃO:

O tema desenvolvimento: Quando ouvimos "vamos desenvolver", significa que é algo atrasado. Mas antes, existiam árvores, lavrados, etc. Isso não era desenvolvimento? Era. Da natureza. O homem destruiu isso. O desenvolvimento tem sido a transformação da natureza e nossa, enquanto seres humanos.

Nós queremos o desenvolvimento? Querendo ou não, ele está aí. Portanto, é importante entrarmos nele e saber negociar, e negociar para ganhar.

Temos algumas conseqüências ruins: alcoolismo, prostituição, etc. A função do governo é implementar aquilo que impulsiona o crescimento do país. Na grande maioria das vezes, o governo não consulta a população.

No caso dos indígenas, lançou-se o PAC Indígena (em São Gabriel da Cachoeira), mas o índio não foi consultado. Quando chegamos numa situação que já está implementada, sem termos informações suficientes, nós não estamos participando, estamos só legitimando esta situação.

EGBERTO (COICA)

Estamos os povos indígenas contaminados de vírus, pois somos vítimas da violação dos direitos humanos dos povos indígenas. Nosso território é vítima de negócios.

Estamos em nossos territórios, queira o governo reconhecer ou não. E onde viveremos? Não haverá governo que assegurará nossa qualidade de vida e de nossos filhos (se referindo às grandes obras de infra-estrutura que causam enormes impactos sobre terras indígenas e tradicionais)?

Temos que estar firmes em defender nossos direitos. Temos milhões, milhões de recursos, mas continuamos sem previdência, sem educação, sem saúde. Somos objetos de estudo; em nossos territórios estão os chamados recursos naturais e a biodiversidade, porém os benefícios nunca chegam a nós.

RAUL DO VALLE (ISA)

Qual é o papel da Amazônia hoje? Essa disputa de espaço na Amazônia já aconteceu em outros lugares do Brasil, mas acontece hoje na Amazônia.

Hoje, na Amazônia Peruana tem prospecção de petróleo. Ela já foi concedida para o capital. Em muitos territórios indígenas têm madeira e petróleo e as empresas passam a ter controle sobre esses territórios. O mesmo acontece no Equador.

No Brasil, a Amazônia é hoje a grande fronteira do capital, pois é lá que está grande parte da matéria-prima para o chamado "crescimento brasileiro".

A grande bacia hidrográfica que ainda tem potencial para ser explorada é a amazônica: tapajós, Juruena, Xingu, Madeira, Solimões. Se todas as hidrelétricas que estão sendo planejadas para essas quatro bacias forem construídas, essas bacias deixarão de ser amazônicas, pois deixarão de ter várzea, pesca, gente, peixe e, portanto, deixarão de ter características amazônicas.

Existe um projeto de lei para autorizar barragens em terras indígenas, pois hoje a Constituição proíbe. Essa lei está dentro do PAC. Também existe um projeto de lei para autorizar mineração em terras indígenas.

O que esperar disso tudo? Teoricamente, haverá audiência pública e direito à compensação. Mas em algum momento os indígenas participaram da criação desse projeto que prevê tantas hidrelétricas e tanta atividade de mineração?

Hoje não há espaço para isso.

IVONNE YAÑEZ

Que desenvolvimento queremos? Marina (Silva) disse que precisamos buscar um novo modelo civilizatório.

PAC: A palavra aceleração é muito perigosa. A Amazônia levou pelo menos 12 mil anos para se formar. Em 20 anos, se destruiu grande parte dela. Se Lula fosse mais inteligente, criaria um panorama de "desaceleração" de crescimento: Daria tempo à natureza e mais tempo para ouvir os povos. É preciso abrir espaço para ouvir as críticas.

Rafael Correa (presidente do Equador): Toda Amazônia está loteada para exploração de petróleo, inclusive as áreas indígenas (Petrobrás está lá). Mas Rafael Correa decidiu por buscar um novo modelo de desenvolvimento, deixando o petróleo no subsolo, inexplorado (num dos lotes já demarcados para exploração). Correa vai à ONU pedindo que se deixe o petróleo no subsolo, evitando a liberação dos gases que causam as mudanças climáticas; mantendo a floresta e os povos

que moram lá. Sobretudo é uma forma de mostrar que é possível desenvolver um país sem que se explore a última gota de petróleo.

Também é reconhecer internacionalmente a luta dos povos de sua autonomia, de decidir o que querem fazer com os seus territórios. E é um modelo que pode se reproduzir. Essa é uma resistência que não está acontecendo apenas no Equador, está acontecendo desde o México até a Patagônia.

Enquanto isso, Lula vai á ONU pedir reparação pelo desmatamento e mudanças climáticas.

IARA (FUNAI)

Ações Plurianuais (2008-2011):

- Demarcação e regulação fundiárias indígenas;
- Gestão territorial e ambiental;
- Localização de povos isolados;
- Promoção do etnodesenvolvimento;
- Promoção do patrimônio cultural;
- Promoção do patrimônio social;
- Pesquisa;
- Preservação do conhecimento dos povos indígenas.

Houve um aumento de 44% em relação ao orçamento de 2004-2007.

O aumento é só um certo alívio com relação ao orçamento da FUNAI que era bastante caótica.

Agenda social (Objetivos):

- Consolidar uma política garantidora de direitos;
- Reduzir a desigualdade social;
- Buscar gestão integrada das políticas, promovendo oportunidades;
- Pactuação federativa entre União, Estados e municípios.

Hoje tramitam 210 processos no Ministério do Meio Ambiente que afetam terras indígenas. Só do PAC são 54, sendo que boa parte das obras do PAC ainda não deu entrada nesse pedido de autorização.